

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL



SUMÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações:

- Reunião Ordinária de 04/03/2019;
 - Reunião Ordinária Pública de 18/03/2019;
- Pág. 02

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Despachos
Editais
Pág. 07

GABINETE DE NOTARIADO E EXPROPRIAÇÕES

Escrituras
Contratos
Pág. 09

**GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS
AUTÁRQUICOS**

Editais
Pág.
Regulamentos
Pág.

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE PENAFIEL DE 04 DE MARÇO DE 2019

Deliberação n.º 719

Assunto: Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária pública, realizada no dia 18 de fevereiro de 2019.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 720

Assunto: Minuta do contrato administrativo a celebrar entre o Município de Penafiel e a Associação Desportiva e Recreativa Ases de Penafiel relativo à cedência, a título gratuito de um edifício de rés-do-chão e andar destinado a ensino primário, com a área coberta de 132,60m² e descoberta de 517,40m², descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 01259, sito no Lugar de Carvalheiro, Freguesia de Galegos, Município de Penafiel e com o artigo matricial 1121, destinado ao desenvolvimento de atividades desportivas.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-18.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta do contrato administrativo descrito em assunto, cópia do regulamento interno daquela associação e ofício da mesma, datado de 2019-02-14.

Votação: Aprovado por unanimidade a minuta do contrato mencionado em assunto, bem como conferir poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua assinatura.

Deliberação n.º 721

Assunto: Minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Penafiel e a Cooperativa para o Desenvolvimento Desportivo e Cultural, CRL, para a realização do evento "Penafiel Racing Fest".

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-01.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta do referido protocolo e proposta de cabimento.

Votação: Aprovado por unanimidade a minuta do protocolo mencionado em assunto, bem como conferir poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua assinatura.

Deliberação n.º 722

Assunto: Atribuição de um apoio financeiro, no montante de € 45.000,00 à Confraria do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário de Penafiel, destinado a fazer face às despesas de realização dos eventos da Solenidade do Corpo de Deus-festa do Concelho e da Cidade de Penafiel.

Proposta: Subscrita pela Senhora Vice-Presidente, datada de 2019-02-19 e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 2019-02-19.

Documentos que acompanham a proposta: Subscrita pela Senhora Vice-Presidente, datada de 2019-02-19 e proposta de cabimento.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 725

Assunto: Encargos com o pagamento de quotas referentes ao ano de 2019, da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro, no valor de € 5.000,00.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-01.

Documentos que acompanham a proposta: Ofício da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro e proposta de cabimento.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 726

Assunto: Anulação da guia de receita nº 867/2018.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-28.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da assistente técnica Luisa Correia e listagem de roteiro de processos.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 727

Assunto: Colocação de um sinal de perigo curva à esquerda (A1b), na Rua de Fornelos, Freguesia de Penafiel.

Requerente: Junta de Freguesia de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-28.

Documentos que acompanham a proposta: Mail da Junta de Freguesia de Penafiel, datado de 2019-01-11, planta de localização, fotografia e listagem de roteiro de processos.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 728

Assunto: Colocação de um sinal de estacionamento proibido (C15) com painel adicional modelo 3a e um sinal de fim da paragem ou estacionamento proibidos (C21) na Rua Água Cai, Freguesia de São Mamede de Recezinhos

Requerente: José Ribeiro da Silva

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-28.

Documentos que acompanham a proposta: requerimento de José Ribeiro da Silva, datado de 2018-11-13, planta de localização, ofício da Junta de Freguesia de S. Mamede de Recezinhos, datado de 2019-01-02, ofício da Câmara Municipal, datado de 2018-12-11 e listagem e listagem de roteiro de processos.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 729

Assunto: Adjudicação do procedimento de "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica D. António Ferreira Gomes, Freguesia de Penafiel" à firma Edilages, SA., no valor de 1.487.862,46 € (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e dois euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e exclusão dos concorrentes F. Melo – Sociedade de Construções, Lda., Zerca, Lda., Teixeira, Pinto & Soares, SA., António Carlos Rocha, Constr. Obras Públicas, Lda., QTCivil – Engenharia e Reabilitação, SA., Pemi – Construção e Engenharia, Lda., Joaquim Coelho da

Silva, SA., bem como a designação de Magda Cardoso como gestor do contrato.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 2019-02-25.

Documentos que acompanham a proposta: Projeto de decisão, datado de 2019-02-25 e proposta apresentada pela firma Edilages, SA.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 730

Assunto: Prorrogação graciosa do prazo para a conclusão da empreitada “Execução do Posto Territorial Guarda Nacional Republicana em Paço de Sousa”, a ser executada por Edilages, SA., por mais 150 dias, sendo a conclusão da obra prevista para 16 de agosto de 2019.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-25.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do DOSMA-GOMFCS, datada de 2019-02-22, requerimento de Edilages, SA., datado de 2019-02-15, cronograma financeiro e plano de pagamentos, plano de trabalhos, plano de equipamento e plano de mão-de-obra.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 731

Assunto: Autorização da receção definitiva referente ao processo n.º Alt. Lot. 16-11I/90 e 16/90, cujo requerente é Cândida Ribeiro Torres, viúva de Luís dos Santos Pinto, sito no lugar de Carvalhal, freguesia de Marecos (Penafiel), nos termos do n.º 1, do art.º 87.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, de acordo com Auto de Vistoria e Receção Definitiva, datado de 2019-02-21, bem como autorizar o levantamento da garantia bancária existente, nos termos do n.º 1, do art.º 50º, do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29/11 – DGU.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, datada de 2019-02-26 e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 2019-02-28.

Documentos que acompanham a proposta Auto de Vistoria e Receção Definitiva, datado de 2019-02-21.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 732

Assunto: Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2008 – proc. 8/2000, cujo requerente é Penainvest – Investimentos Imobiliários, Lda., localizado no Cavalum, Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Vereador Adolfo Amílcar, datada de 2019-02-18 e pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-18.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do DOSMA-GOMFCS, datada de 2019-07-07, requerimento de Penainvest – Investimentos Imobiliários, Lda., datado de 2019-01-24 e duas plantas.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 733

Assunto: Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 2019-01-29, relativo à aprovação da listagem com os escalões atribuídos às crianças/alunos dos jardins-de-infância e

escolas do 1º ciclo do ensino básico, para vigorar a partir do dia 1 de março de 2019.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-28.

Documentos que acompanham o mencionado ato submetido a ratificação: Informação da DGO - Unidade de Educação Juventude e Tempos Livres, datada de 2019-02-27.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 734

Assunto: Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 2019-02-20, que aprovou a adjudicação dos lotes 1, 2, 3, 4 e 7 do procedimento de “FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT)”, à empresa EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., aprovação da minuta do contrato para o lote 7, comunicação ao adjudicatário dos lotes 1, 2, 3, 4 e 7 da decisão de adjudicação, envio das minutas dos contratos para efeitos de aceitação e apresentação dos documentos de habilitação, bem como a exclusão dos concorrentes HEN – SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA. e Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-20.

Documentos que acompanham o mencionado ato submetido a ratificação: Relatório final, datado de 2019-02-20, propostas e minuta do contrato referente ao lote 7.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 735

Assunto: Transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da proteção e saúde animal, relativamente aos animais de companhia e animais de produção, e segurança dos alimentos e concretizada no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-25.

Documentos que acompanham a proposta: Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-25.

Votação: Aprovado, maioria com abstenção dos senhores Vereadores do PS:

A - Não pretender a transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da proteção e saúde animal, relativamente aos animais de companhia e animais de produção, e segurança dos alimentos e concretizada no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro.

B – Remessa do presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Deliberação n.º 736

Assunto: Transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da cultura e

concretizada no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-25.

Documentos que acompanham a proposta: Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-25.

Votação: Aprovado, maioria com abstenção dos senhores Vereadores do PS:

A - Não pretender a transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da cultura e concretizada no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro.

B - Remessa do presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Deliberação n.º 737

Assunto: Discussão e votação da proposta de aprovação em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Votação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL DE 18 DE MARÇO DE 2019

Deliberação n.º 738

Assunto: Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária, realizada no dia 4 de fevereiro de 2019.

Votação: Aprovada por unanimidade.

Deliberação n.º 739

Assunto: Resolução de expropriação por utilidade pública de uma parcela de terreno com a área de 5.523,00m², a confinar de norte com a Rua do Calvário, de nascente com Terreno da Fábrica da Igreja e outro, de sul com Estrada Municipal 590 e outros e de poente com Rua Padre Álvaro Azevedo Santos, a desanexar da parte rústica do prédio misto de maiores dimensões, com a área de 30.200,00m², sito no lugar de Calvário, Pousada ou Celeiro, da freguesia de Valpedre, concelho de Penafiel, inscrito na matriz a parte rústica sob o art.º 594.º e a urbana sob o art.º 190.º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1691/Valpedre, destinada à execução da obra denominada “Execução do Centro Cívico de Valpedre – 1.ª Fase.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-14.

Documentos que acompanham a proposta: Informação jurista Adão Vieira, levantamento topográfico, relatório de avaliação, extratos do PDM e proposta de cabimento.

Votação: A Câmara Municipal delibera por unanimidade, iniciar o processo de expropriação por utilidade pública, de uma parcela de terreno, sita na freguesia de Valpedre, concelho de Penafiel,

devidamente identificada na planta cadastral com o número um, conforme se passa a identificar:

PARCELA NÚMERO UM: A parcela identificada como parcela número um, constitui uma parcela de terreno com a área de 5.523,00m², a confinar de norte com a Rua do Calvário, de nascente com Terreno da Fábrica da Igreja e outro, de sul com Estrada Municipal 590 e outros e de poente com Rua Padre Álvaro Azevedo Santos, a desanexar da parte rústica do prédio misto de maiores dimensões, com a área de 30.200,00m², sito no lugar de Calvário, Pousada ou Celeiro, da freguesia de Valpedre, concelho de Penafiel, inscrito na matriz a parte rústica sob o art.º 594.º e a urbana sob o art.º 190.º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1691/Valpedre.

A antedita parcela destina-se à execução da obra denominada “EXECUÇÃO DO CENTRO CÍVICO DE VALPEDRE – 1.ª FASE”, em que o projeto já foi aprovado pelos Despachos proferidos pelo Senhor Presidente, datados de 18 de Junho e 24 de Julho, ambos do ano de 2018, relativos à 1.ª e 2.ª Fase, respetivamente.

Do prédio misto do qual a parcela vai ser desanexada é proprietário Zeferino Lourenço Moreira da Rocha (NIF. 193 761 220) e mulher Maria de Fátima Ferreira da Rocha (NIF: 197 955 576), casados no regime da comunhão de adquiridos e residentes na Rua da Lameira, 283, na freguesia de Valpedre, concelho de Penafiel, encontrando inscrito na Conservatória do Registo Predial a favor daqueles pela AP. 2211 de 2019/01/02.

Mais delibera tratar-se, inquestionavelmente, de uma obra necessária e de interesse público, que tem por fim e surge na aposta que o Município de Penafiel tem vindo a fazer incidir e a centralizar na temática da mobilidade e na infraestruturização do tecido urbano, consubstanciando-se num importante instrumento de requalificação e melhoria do ambiente urbano, consentânea com a estratégia de desenvolvimento local e privilegiando a valorização urbana, em concreto, desta zona, apostando, ainda, no enraizamento e fixação da população local residente.

Estas políticas municipais em curso permitem o desenvolvimento de prioridades ao nível da implementação de equipamentos sociais, acessibilidades, mobilidade, passando pelas atividades turísticas e recreativas para todos que começaram e estão a nascer, paulatinamente, no espaço geográfico do Município, com a localização de importantes e atrativos equipamentos de lazer e de ocupação de tempos livres, bem como de novas áreas habitacionais.

Neste contexto, foi desenvolvido o projeto para executar a obra e reabilitar aquela zona, mais propriamente, incidindo sobre um terreno baldio, com a oferta de maiores potencialidades, quer turísticas, recreativas e de lazer, no núcleo central da freguesia de Valpedre, retirando as vantagens da sua centralidade originária, enquanto centro religioso instalado, com um forte impulso na aposta da requalificação dos espaços e equipamentos públicos, consubstanciada numa base de enraizamento social, de convivência populacional e na definição e reforço de uma afirmação de centralidade, até à data, pouco assente na comunidade local A intervenção em obra decorrerá em duas fases de execução, sendo que, num

primeiro momento, esta será incidirá na implementação de um Centro Cívico, constituído por espaços verdes, com zonas de lazer, tempos livres, parque de merendas, recreativa e desportiva, com palco/anfiteatro para a realização de atuações em ocasiões festivas entre outras, parque infantil, percurso de manutenção, pela requalificação parcial da Rua do Calvário, reforçando os lugares do parque de estacionamento e pela criação parcial de uma alameda (a que será dada continuidade na fase seguinte), que irá dar origem a um percurso pedonal entre a Igreja secular e o Centro Paroquial, abrangendo, portanto, toda a envolvente no local.

A segunda fase, está reservado para a continuidade da antedita alameda e a execução dos trabalhos relativos à criação das instalações sanitárias de apoio, bem como a ampliação do parque, dotando aquele espaço com uma maior extensão dos circuitos e percursos de manutenção e das respetivas zonas verdes, salvaguardando a concretização de equipamentos de utilização coletiva ao ar livre, promovendo e contribuindo para a dinamização e utilização de forma contínua e consertada, valorizando, em simultâneo, a componente paisagística da intervenção, com a proximidade habitacional por perto, mas decorrendo de forma sustentada, planeada, inclusiva e ordenada.

Município almeja, com esta intervenção, assentando e tendo como base essencial valorizar o local, o único propósito de criar condições de utilização pública dos cidadãos ali residentes, fazendo evidenciar, com especial relevância, os seguintes objetivos prioritário:

- Valorização do espaço/local nevrálgico da freguesia em termos urbanos e paisagísticos;

- Criação de condições para a sua utilização pública como espaço verde urbano, vocacionado e com otimização da oferta de potencialidades recreativas, culturais e lúdicas que se propõe desenvolver na parcela; e

- Simultaneamente, em articulação com a área lúdica e de recreio a surgir, tendo o Centro Religioso ali existente, o Centro de Dia e as Escolas e as inerentes zonas residenciais, promovendo-se a sua homogeneidade e funcionando em contínuo essa utilização para e por todos, sendo, ainda, complementar e coabitando com outros espaços públicos já instalados na envolvente.

Neste contexto e linha de orientação, tornou-se imperativo definir zonas de intervenção com características homogéneas, físicas e programáticas, tendo por base uma visão mais ampla de planeamento sustentado, que absorve os domínios do ambiente, do ordenamento do território e das estratégias de qualificação e desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos e rurais.

Trata-se, na verdade, de mais uma aposta clara e crescente do Município na produção de cada vez mais espaços para atividades ao ar livre, de cultura e de recreio, com qualidade, a oferecer à população residente e visitantes, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado, promovendo a qualidade ambiental que constituirá indubitavelmente uma solução consentânea com as necessidades desta afetação na freguesia e acautelando a hierarquia, a organização viária, a disciplina do estacionamento e circulação das viaturas.

Destarte, a parcela de terreno em causa e objeto de resolução de expropriação, destina-se à construção do CENTRO CÍVICO DE VALPEDRE, que irá disponibilizar a favor da população residente um conjunto de equipamentos de recreio, de cultura, de lazer e diversão a serem ali instalados, atentos os motivos acabados de descrever, sendo que esta sua afetação, só por si, é reconhecida e atribuída a utilidade e interesse público.

A obra a executar está em fase de lançamento de concurso público, a ser posteriormente adjudicada, apenas se estando à espera da obtenção da Declaração de Utilidade Pública para proceder ao início da obra, consistindo esta na criação de espaços verdes, com zonas de lazer e de tempos livres, parque de merendas, recreativa e desportiva, com palco/anfiteatro para a realização de atuações em ocasiões festivas entre outras, parque infantil, percurso de manutenção, ainda com intervenção da requalificação parcial da Rua do Calvário, reforçando os lugares do parque de estacionamento e pela criação parcial de uma alameda (a que será dada continuidade na fase seguinte), que irá dar origem a um percurso pedonal entre a Igreja secular e o Centro Paroquial, abrangendo, portanto, toda a envolvente no local, que irá melhorar as condições de mobilidade, de circulação, de estacionamento e de ordenamento do tráfego rodoviário.

No que respeita ao enquadramento em termos de PDM aprovado e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2007, na I.ª Série, do DR n.º 197, de 12 de Outubro, a parcela um objeto de expropriação encontra-se em “Solo Urbano – Espaço de Urbanização Programada – Áreas de Equipamentos Estruturantes Propostos (Recreio/Cultura)”.

Ainda delibera, por último e em consequência e porque não foi possível chegar a acordo com os expropriados, que venha a ser requerida a declaração de utilidade pública da parcela de terreno acima identificada, em que o encargo previsto com a expropriação totaliza o montante de € 182.372,45 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e setenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), nos termos do disposto nos art.ºs 1.º, 10.º, 11.º, 12.º e 14.º, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro, alínea vv), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.9.

Tal quadro legal, dá o necessário suporte para a efetiva materialização do interesse público que, manifestamente, está suprajacente à realização de tal projeto, assente na melhor oferta de equipamentos públicos para contribuir na melhoria da qualidade de vida da respetiva população.

Encontram-se, assim, reunidos os pressupostos legitimadores – causa de utilidade pública e existência de norma habilitante – indispensáveis à promoção do procedimento administrativo tendente à disponibilização da parcela de terreno necessário à materialização de tal projeto.

Pelo exposto, estão reunidos os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis não só, da determinação do interesse público que está na génese da concretização do projeto em questão, mas também da identificação da parcela a sujeitar à execução da obra e,

consequentemente, expropriar, a qual é indispensável à prossecução de tal objetivo.

Mais estão contidos no procedimento os elementos instrutórios que dão suporte à presente proposta, pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos legitimadores para a adoção de deliberação, por parte do Município, da expropriação da parcela, nos precisos termos em que tal ato se encontra legalmente positivado nos art.ºs 1.º, 10.º, 11.º, 12.º, 14.º e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro, alínea vv), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.9.

Portanto, por último, nos termos do disposto na alínea vv), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para os efeitos de expropriação da parcela em apreço.

Pretende, ainda, a Câmara Municipal, reforçar o pedido para que venha a ser Declarada a Utilidade Pública da expropriação referida e Autorizada a Posse Administrativa, tendo por subjacente os motivos invocados e por se tratar de uma obra de interesse público, pois apenas está a aguardar a posse administrativa para, de imediato, dar início àquelas obras, pelo que se torna indispensável que a mesma venha, para o efeito, a ser conferida, de acordo com o estabelecido nos art.ºs 14.º e 15.º do C.E.

A razão da urgência que se pretende venha a ser atribuída prende-se, por um lado, como vem de dizer-se, com a necessidade de ser concretizada a tomada da posse administrativa, por ser esta imprescindível ao início dos trabalhos da construção do centro cívico, a qual só é possível com obtenção da publicação da declaração de utilidade pública e consequentemente da tomada de posse administrativa da parcela de terreno, por haver necessidade de recurso às instâncias judiciais, considerando a dificuldade em negociar com os seus legítimos proprietários e evitar as delongas com as respetivas negociações por via direito privado.

Posto isto, atendendo às razões invocadas, considera-se estar justificado que venha a ser concedida a Declaração de Utilidade pública com carácter de urgência e, consequentemente, autorizada a tomada de posse administrativa da parcela objeto de expropriação, com o previsto no art.º 14.º e n.º 2, do art.º 15.º, do C.E., aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18.9, o que se pretende.

Deliberação n.º 740

Assunto: Minuta do protocolo de cedência a celebrar entre Joaquim Coelho da Silva e mulher Maria Fernanda Moreira Ferreira e o Município de Penafiel relativo à promessa de cedência, a título gratuito e definitivo, ao Município de Penafiel de uma parcela de terreno com a área de 500,00m², a desanexar do prédio rústico sítos no Lugar de Avinhó, Freguesia de Irivo, Concelho de Penafiel, inscrito na matriz predial sob os art.º 248º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 144/Irivo, destinada à execução da obra de alargamento/abertura do acesso existente, passando a integrar automaticamente o domínio público deste.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-14.

Documentos que acompanharam a proposta: Minuta do referido protocolo e planta de localização.

Votação: Aprovado por unanimidade, a minuta do protocolo de cedência, bem como conferir poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua assinatura.

Deliberação n.º 741

Assunto: Minuta do contrato de “FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT)” - LOTE 7.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-14.

Documentos que acompanharam a proposta: Minuta do referido contrato.

Votação: Aprovado por unanimidade a minuta do contrato mencionado em assunto.

Deliberação n.º 742

Assunto: Minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Penafiel e a Federação Portuguesa de Motonáutica, relativo à definição das modalidades de cooperação entre os outorgantes e determinação das responsabilidades na organização do evento “Campeonato Europeu de AquaBike 2019”, no montante de € 25.000,00.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Cepeda, datada de 2019-03-14 e pelo Presidente da Câmara, datada de 2019-03-18.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Cepeda, datada de 2019-03-14, minuta do referido protocolo e proposta de cabimento.

Votação: Aprovado por unanimidade, a minuta do protocolo de cedência, bem como conferir poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua assinatura.

Deliberação n.º 743

Assunto: Atribuição de apoio financeiro à Associação Crocachaços – Sempre a Curtir, no montante de € 1.200,00, destinado a fazer face às despesas de organização e preparação da futura sede.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Cepeda, datada de 2019-03-13 e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 2019-03-14.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Cepeda, datada de 2019-02-01, requerimento da Associação Crocachaços – Sempre a Curtir e proposta de cabimento.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 744

Assunto: Atribuição de apoio financeiro ao Futebol Clube de Penafiel, no montante de € 1.000,00, destinado a fazer face às despesas de organização do XXII Grande Prémio de Atletismo "Cidade de Penafiel".

Proposta: Subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Cepeda, datada de 2019-03-12 e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 2019-03-15.

Documentos que acompanham a proposta: requerimento do Futebol Clube de Penafiel e listagem de roteiro de processos.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 745

Assunto: Transferência de fogo por iniciativa do inquilino por desadequação da tipologia atribuída face à evolução do agregado familiar, de Cristina Maria da Silva Oliveira residente no Conjunto Habitacional da Fonte da Cruz - Bloco 3 – R/C - A - Esq. para o Bloco 6 – Entrada 3 - 2.º D - Dto. (T3).

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara datada de 2019-03-12.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do DGO - UASS, datada de 2019-02-28, minuta do acordo de revogação, minuta do contrato de arrendamento a celebrar e listagem de roteiro de processos.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Deliberação n.º 746

Assunto: 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Cepeda, datada de 2019-02-22 e pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-02-22.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da DPAOT, datada de 2019-02-13, termos de referência, Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território e listagem de roteiro de processos.

Votação: Aprovado por unanimidade, o seguinte:

- a) Dar início ao procedimento da 2.ª Revisão do PDM, nos termos do n.º 2 do artigo 124.º, e ao abrigo do disposto do artigo 76.º, aplicáveis por força do artigo 119.º, todos do RJIGT;
- b) Aprovar, os Termos de referência para a 2.ª Revisão do PDM, nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do RJIGT;
- c) Fixar o prazo de elaboração da Revisão do PDM em 14 meses;
- d) Estabelecer o período de participação pública, por um prazo de 30 dias, nos termos do artigo 88.º do RJIGT;
- e) Comunicar à CCDR-N, o teor da presente deliberação, acompanhada do REOT e solicitar uma reunião preparatória, nos termos do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015 de 10 de setembro;
- f) Proceder à publicação e publicitação da presente deliberação, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT.

Deliberação n.º 747

Assunto: Transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da educação, concretizada no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-15. **Documentos que acompanham a proposta:** Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-15.

Votação: Aprovado por maioria com a abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:

A - Não pretender a transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da educação, concretizada no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

B – Remessa do presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Deliberação n.º 748

Assunto: Acordo relativo à transferência das competências para as entidades intermunicipais, nas seguintes áreas setoriais e ao abrigo dos seguintes artigos:

- Área setorial da justiça - artigo 9.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018 ;

- Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários - artigo 5.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018;

- Área setorial da Educação - artigo 75.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-15.

Documentos que acompanham a proposta: Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2019-03-15.

Votação: Aprovado por unanimidade:

I – Conceder o acordo prévio à CIM – Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa, nas seguintes áreas setoriais e ao abrigo dos seguintes artigos:

- Área setorial da justiça - artigo 9.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018;

- Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários - artigo 5.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018;

- Área setorial da Educação - artigo 75.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019.

II – Remeter o presente assunto à Assembleia Municipal, nos termos dos dos citados artigos e diplomas.

Deliberação n.º 749

Assunto: Discussão e votação da proposta de aprovação em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Votação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

DESPACHO DE 01 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Maria Júlia Cruz Cancela

Maria do Rosário Ferreira Castro

Bruno Manuel Moreira Almeida

Sandra Manuela Soares Cruz

Jose Fernando Mendes

Jorge Fernando Gomes Ferreira

Eduardo de Alcântara Cabral Noronha e Meneses

Maria Antónia Ferreira Moreira
AUTI SÓLIDA Aparência, Lda.
Paula Maria Nunes Ferreira Gomes
Célia Cristina Pinto Queirós
José Filipe Pinto Soares Álvaro
Jorge Leal de Sousa
Maria Manuela Barbosa Correia

PROCESSOS DEFERIDOS:

Antonio Santos Silva - 38/2018-LLOE
Cunha Soares e Filhos, S. A. – Proc. n.º 15/2018-LOED
Nuno Diogo Magalhães de Sousa – Proc. n.º 373/2018-LOED

REQUERIMENTO INDEFERIDO:

Joaquim Teixeira Ferreira -109/Q/12

DESPACHO DE 06 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Sílvia Maria Ferreira Leão – Proc_124/LI/17 José Fernandes Mendes – Proc_75/LI/07
Jorge Fernando Gomes Ferreira – Proc_384/LI/05
José Maria Reis Coelho – Proc_199/2017/LOED
Jopavera – Construções, Lda. – Proc_91/2018-LOED

REQUERIMENTO INDEFERIDO:

Rogério Garcia Santos Oliveira – 199/2018-LOED

PROCESSO INDEFERIDO:

Diogo Trigueiros Correia Alves

DESPACHO DE 08 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Agostinho de Jesus Teixeira Adão Manuel Nunes Ribeiro José Gomes Silva
Joana Raquel da Silva Pereira Cunha Soares e Filhos, S. A.
Maria de Fátima Mendes da Costa
Socimarta – Sociedade de Construções, Lda.
António de Matos Magalhães
António Carlos Soares Silva e Outra
Joaquim de Sousa Moreira ImagemFiel – Arqtª e Engª
Paulo Miguel Costa Pereira Loureiro
Maria Antónia Ferreira Moreira – Proc. 222/2018-AUTI Sólida Aparência, Lda – Proc.154/2018-AUTI
Luís filipe Vieira Pinto – Proc-701/98
Jorge Fernando Gomes Ferreira- Proc - 384/LI/05

PROCESSOS DEFERIDOS:

Manuel da Silva Martins e Outros – Proc-33/2019-AUTI
Paula Maria Nunes Ferreira Gomes – Proc. n.º 22/2018-LOED (alteração ao processo inicial)
Cláudia Venília Pinto Cerqueira – Proc. n.º 12/2018-LLOE
Lidl & CIA – Proc. n.º 186/2017-LOED (Alteração ao projeto inicial)

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDO:

Fernando Augusto Calhandro Meneses Cunha – Proc. n.º 37/2019-AUTI

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO DEFERIDOS:

Alexandra Maria Azevedo Sousa – Proc. n.º 11/2018-LALO
André Filipe Dias da Rocha Cruz – Proc. n.º 32/2018-LALO

REQUERIMENTOS INDEFERIDOS:

Daniela Sofia Silva Pereira
Sebastião da Costa Silva – Proc- 327/2018-LOED

DESPACHO DE 11 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Aurélio Alexandre Pinto Maia
Maria Emilia Soares Vieira Almeida Líbano
Luzia Conceição Jesus Pinto Teixeira
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A
António Jose Barros

PROCESSOS DEFERIDOS:

Joaquim António Moreira Cabral – Proc. 126/2018-AUTI
Bruno Manuel Moreira de Almeida – Proc. 322/2018-LOED

DESPACHO DE 13 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Paulo Manuel Teixeira Silva Jorge Fernando Gomes Ferreira Jose Luís da Rocha Gomes
Luís Filipe Vieira Pinto
Pedro Miguel da Silva Gonçalves
Alice Nazaré Pais Neto Ferreira
Fernanda dos Santos Barbosa
Jose Antonio Melo Santos
Manuel da Silva Martins e Outros

PROCESSO DEFERIDO:

Pedro Eduardo Rodrigues Mendes- 27-2019-AUTI

DESPACHO DE 15 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Socimarta - Sociedade de construções, Lda.

Socimarta - Sociedade de construções, Lda.
Socimarta - Sociedade de construções, Lda.
Socimarta - Sociedade de construções, Lda.
Socimarta - Sociedade de construções, Lda.
Socimarta - Sociedade de construções, Lda.
Socimarta - Sociedade de construções, Lda.

Maria Goretii Moreira Peixoto

Jorge Manuel da Silva Pinto

Nuno António Pinto Ferreira

Miguel Vieira, Lda.

PROCESSOS DE OBRAS DEFERIDOS:

Manuel Joaquim da Silva Barbosa – Proc. n.º 334/2018-LOED António Moreira Rodrigues – Proc. n.º 407/208-LOED

Oppa – Investimentos Imobiliários, S. A. – Proc. n.º 111/2018-LOED

Luís Carlos do Rosário Ribeiro – Proc. n.º 55/2019-LOED

OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO DEFERIDO

Antero Alves Paiva - Sociedade de Construções, Lda.
Proc. N.º 4/2019- OEPU

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDO:

Joana Raquel da Silva Ribeiro – Proc. n.º 10/2019-AUTI

PROCESSOS DE OBRAS INDEFERIDOS:

Francisco Rocha Ferreira – Proc. n.º 403/2018-LOED
Daniela Sofia Silva Pereira – Proc. n.º 319/2018-LOED

António Joaquim Ferreira Teixeira – Proc. n.º 320/2018-LOED

REQUERIMENTO INDEFERIDO

José Ferreira Pinto e Outra

DESPACHO DE 18 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Pedro Eduardo Rodrigues Mendes- 27/2019-AUTI
Jesuína dos Santos Freitas Barbosa-327/LI/16 Pedro Miguel de Sousa Vieira-225/2018-AUTI
Domingos Mendes Gomes-32/2019-AUTI
Vítor Agostinho da Rocha Santos-127/218-LOED
PenalIndex-39/2019-AUTI

PROCESSO DEFERIDO:

Joapavera, Construções, Lda.

DESPACHO DE 20 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Sandra Mariana Soares da Rocha – 236/2018-LOED
Marlene Patrícia Ribeiro – 35/2017-LOED

Silvino Carvalho

ImagemFie Arq.º e Eng. , Lda.

Alexandrina Marcela Rocha Gomes

Paulo José Pinto Ferreira

Armino de Bessa Ferraz

PROCESSOS DEFERIDOS:

Carlos Correia de Araújo

REQUERIMENTO INDEFERIDOS:

Sandro de Jesus Henriques – 188/20018-LOED

DESPACHO DE 22 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Miguel Fernando Ferreira Martins Lopes

Marcelo Nogueira Lourenço

Imoluca – Investimentos, Lda.

Antero Alves Paiva – Sociedade de Construções., Lda.

PROCESSOS DE OBRAS DEFERIDOS:

Marcelo Nogueira Lourenço – Proc. n.º 223/2018-LOED

Carla Sofia Mendes Santos Monteiro – Proc. n.º 164/LI/17

Luís Carlos do Rosário Ribeiro – Proc. n.º 55/2019-LOED

Alfredo Silva Pereira – Proc. N. 26/2018- LLOE

Ana Cláudia da Rocha Teixeira – Proc. N. 307/2018 – LOED

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDOS:

José Carlos Sousa Silva – Proc. N.º 30/2019- AUTI

Rui Manuel Gonçalves Martins - Proc. N. 38/2019-AUTI

ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DEFERIDOS:

André Filipe Dias da Rocha Cruz – Proc. 32/2018-LALO

PROPRIEDADE HORIZONTAL DEFERIDOS:

José Macedo Sequeira – 4/2019 – CPHO

REQUERIMENTOS INDEFERIDOS:

Binitar, Lda.

António Soares Constante

PROCESSOS DE OBRAS INDEFERIDOS:

Conexões- Empreendimentos Imobiliários Lda. Proc N. 343/2018 LOED António da Silva Barros Proc. N. 396/2018 LOED

PROPRIEDADE HORIZONTAL INDEFERIDO:

José Manuel Coutinho Guimarães Proc. N.º 19/2018 – CPHO

OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO INDEFERIDO:

Condomínio do Edifício Santa Luzia

DESPACHO DE 27 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Luís Silva Ribeiro

Jesuína dos Santos Freitas Barbosa

Joaquim Sousa Moreira

Patrícia Manuela Ferreira Dias

Ângelo de Sousa Ferreira

PROCESSO DEFERIDOS:

António Santos Silva

REQUERIMENTOS INDEFERIDOS:

Joana Filipa Rocha Moreira – Proc -385/2018-LOED

Miguel João Martins Lopes- 165/2018-LOED

Joaquim da Silva Moreira Fernandes

Mário André da Silva Ferreira

DESPACHO DE 28 MARÇO DE 2019

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Manuel António Oliveira Pereira

Verónica Filipa Araújo Barbosa

Artur Ribeiro

PROCESSOS DEFERIDOS:

Márcio José Silva Cerqueira – 185/2018-LOED

Aperto de Mão, S.A – 14/2019-AUTI

António Augusto Pinto - Cabeça de Casal Herança de Jacinta Joana Bessa Sousa

Agostinho Manuel Rebelo Ferreira

REQUERIMENTOS INDEFERIDOS:

Leite Duarte e Teixeira, Lda.

Lídia Maria Mendes Melo Cunha

GABINETE DE NOTARIADO E EXPROPRIAÇÕES

MARÇO

Contrato de Fornecimento – Valor: 117.467,44 + I.V.A.

Designação: “Fornecimento Contínuo de Energia Eléctrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Incluindo Iluminação Pública em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) – Lote 1”
Adjudicatário: “EDP – Comercialização de Energia, S.A.”, (NIPC 503 504 564), com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 12, freguesia da Misericórdia - Lisboa.

Contrato de Fornecimento – Valor: 123.165,89 + I.V.A.

Designação: “Fornecimento Contínuo de Energia Eléctrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Incluindo Iluminação Pública em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) – Lote 2”

Adjudicatário: “EDP – Comercialização de Energia, S.A.”, (NIPC 503 504 564), com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 12, freguesia da Misericórdia - Lisboa.

Contrato de Fornecimento – Valor: 139.241,44 + I.V.A.

Designação: “Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Incluindo Iluminação Pública em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) – Lote 3”

Adjudicatário: “EDP – Comercialização de Energia, S.A.”, (NIPC 503 504 564), com sede

na Avenida 24 de Julho, n.º 12, freguesia da Misericórdia - Lisboa.

Contrato de Fornecimento – Valor: 190.567,59 + I.V.A.

Designação: “Fornecimento Contínuo de Energia Eléctrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Incluindo Iluminação Pública em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) – Lote 4”

Adjudicatário: “EDP – Comercialização de Energia, S.A.”, (NIPC 503 504 564), com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 12, freguesia da Misericórdia - Lisboa.

Contrato de Prestação de Serviços – Valor: 16.000,00 + I.V.A.

Designação: “Prestação de Serviços de Aluguer de Som e Luz para o Evento “À Procura de Um Sonho”

Adjudicatário: “José Luís Gonçalves da Silva”, (NIF 212 624 350), residente na Travessa da Liberdade, n.º 140 – Mogege – Vila Nova de Famalicão.

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Penafiel
DIRETOR: Presidente da Câmara Municipal
COORDENAÇÃO E REVISÃO DOS TEXTOS: Gabinete Administrativo de Apoio aos Órgãos Autárquicos